

O RECONHECIMENTO DA SANTIDADE E AS RELAÇÕES DE PODER NA IDADE MÉDIA: O CASO DE DOMINGO DE GUSMÃO

THIAGO DE AZEVEDO PORTO*

Introdução

No senso comum, a santidade é considerada quase sempre como um tema de interesse exclusivamente religioso. Porém, há bastante tempo, este fenômeno histórico vem sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores das diferentes áreas das chamadas Ciências Humanas. E, ao contrário do que se poderia pensar, estes estudos não focaram exclusivamente nem prioritariamente os aspectos religiosos deste fenômeno, mas sim elementos políticos, culturais, sociais, econômicos, etc. E é nesta linha de raciocínio que o presente trabalho se encaixa, procurando refletir sobre o reconhecimento da santidade¹ em uma perspectiva historiográfica, enfatizando os procedimentos utilizados na aclamação da santidade, os grupos envolvidos, os possíveis interesses e as relações de poder estabelecidas nesta prática histórica. Para tanto, propõe-se um estudo mais específico do caso de Domingo de Gusmão.²

O trabalho aqui apresentado é uma versão sintetizada e revisada de uma parte da pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ), que resultou na dissertação intitulada “As diferentes instâncias de reconhecimento institucional da santidade na Idade Média: um estudo comparativo dos casos de Domingo de Silos e Domingo de Gusmão”. Tal pesquisa tinha como principal intuito refletir sobre a prática do reconhecimento da santidade na Idade Média, partindo de uma análise comparativa dos procedimentos utilizados nas

* Professor Assistente I de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Bragança). Mestre em História Comparada. Coordenador do projeto *Identidade e Alteridade na Antiguidade e no Medievo: um estudo comparado de hagiografias*. Atualmente é diretor da Faculdade de História de Bragança.

¹ A título de esclarecimento, vale ressaltar que aqui nesse trabalho considera-se o reconhecimento da santidade como uma prática que partia de alguma instituição religiosa (ordem, episcopado, papado) e que se concretizava através de cerimônia ou ato público, visto que o objetivo central do trabalho é justamente avaliar até que ponto determinados grupos e instituições interferiam nesta prática.

² Domingo de Gusmão nasceu em Caleruega, cidade da província de Burgos (Península Ibérica), por volta de 1170. Teve uma trajetória clerical caracterizada pelos constantes deslocamentos e pela pregação contra as heresias. Ficou mais conhecido como organizador e fundador da Ordem dos Pregadores. Morreu em 1221, em Bolonha. Foi canonizado em 1234, pelo papa Gregório IX.

aclamações prestadas a Domingo de Silos e Domingo de Gusmão. Aqui neste texto, optou-se por focalizar apenas a análise realizada a respeito do último.³

Nesse sentido, partindo-se da leitura e análise de uma crônica redigida nas primeiras décadas do século XIII (que apresenta como personagens centrais Domingo de Gusmão e seus primeiros seguidores) e da bula de canonização emitida pelo papado (em 1234), o presente texto apresenta reflexões e considerações sobre elementos presentes no reconhecimento da santidade prestado a este clérigo. O estudo realizado durante a pesquisa de mestrado apontou claramente para a participação de grupos e instituições em todos os procedimentos que acabaram resultando na santificação de Domingo. Por isso, aqui neste trabalho buscou-se apresentar de maneira sintética os aspectos que fundamentaram as conclusões da referida pesquisa.

Como primeiro passo em direção à proposta de trabalho levantada nesta introdução, logo a seguir, apresenta-se uma primeira aproximação com o autor e a obra que figuraram como bases para a análise dos procedimentos realizados para o reconhecimento da santidade de Domingo de Gusmão. O principal intuito é gerar os subsídios necessários para uma boa compreensão das reflexões e das considerações apresentadas ao longo deste texto.

Jordão da Saxônia e a primeira crônica da Ordem dos Pregadores

Jordão era oriundo da Saxônia (região da atual Alemanha) e membro de uma família nobre, vassala dos condes de Eberstein. Ele nasceu por volta de 1190 e, em 1219, já era bacharel em teologia pela Universidade de Paris, tendo ingressado na Ordem dos Pregadores⁴ em 1220. Desde então, teve uma trajetória de rápida ascensão

³ Nesse sentido, o trabalho aqui realizado apresenta de forma sintética e revisada as principais reflexões e considerações presentes no capítulo 3 da referida dissertação de mestrado. Devido ao limite de páginas deste texto, optou-se por suprimir as possíveis citações que poderiam ser apresentadas como objeto de análise. Desta forma, as idéias estão apresentadas no corpo do texto, seguidas da devida referência quando for o caso. Para aqueles que, por ventura, quiserem maiores informações sobre a documentação utilizada e as passagens analisadas que ajudaram a fundamentar as reflexões e as considerações deste trabalho, indica-se a leitura do capítulo 3 (O reconhecimento universal da santidade: a canonização de Domingo de Gusmão) da dissertação de mestrado: PORTO, Thiago de Azevedo. As diferentes instâncias de reconhecimento institucional da santidade na Idade Média: um estudo comparativo dos casos de Domingo de Silos e Domingo de Gusmão. 2008. 224f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

⁴ A Ordem dos Pregadores, também conhecida como Ordem Dominicana, foi a instituição religiosa fundada, em 1215, a partir da experiência do grupo de pregadores liderados por Domingo de Gusmão, tendo sido reconhecida pelo papa Honório III em 1216. Ela se insere na hierarquia da Igreja Romana

nos cargos desta instituição. Com menos de dois meses que tinha ingressado como frade, ele foi enviado para assistir ao Capítulo Geral da ordem,⁵ realizado em Bolonha, em maio de 1220. Nesta ocasião, recebeu a tarefa de ensinar textos da Sagrada Escritura aos frades de Paris. Cerca de um ano depois, foi realizado outro Capítulo Geral da ordem, também em Bolonha, e, embora não tenha comparecido à reunião, Jordão foi nomeado prior provincial da Lombardia. Após a morte de Domingo de Gusmão, ele foi eleito Mestre Geral da ordem, em um Capítulo celebrado em Paris, em maio de 1222. Jordão da Saxônia esteve à frente da Ordem dos Pregadores durante 15 anos, sendo responsável pela fundação de mais de 240 conventos, além de ter atraído para a ordem figuras de grande destaque no contexto religioso de sua época, tais como Alberto Magno e Raimundo de Peñafort.

Além de ser o primeiro substituto de Domingo de Gusmão à frente da ordem, Jordão da Saxônia foi o autor da primeira crônica sobre a instituição dominicana, que ficou conhecida como *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum*.⁶ O texto foi redigido originalmente em latim e conservado em alguns manuscritos medievais. Estudos apontam que sua composição teria começado no final de 1231, sendo concluída apenas em 1233, ano em que se deu o primeiro procedimento voltado para o reconhecimento oficial da santidade de Domingo de Gusmão, após uma cerimônia de *translatio corporis*⁷ ocorrida no convento de São Nicolás, em Bolonha. Este evento recebe uma atenção toda especial no texto de Jordão da Saxônia, no último capítulo da

como uma das instituições que compõem a chamada Ordem Mendicante. Desde a sua criação, esta instituição direcionou o seu foco de atuação para a tarefa da pregação e os frades dominicanos tiveram ampla participação nas missões de evangelização e de combate às heresias organizadas pelo papado.

⁵ O Capítulo Geral era a reunião mais importante convocada no âmbito da instituição. Funcionava como uma espécie de assembléia, presidida pelo Mestre Geral da ordem, e era o foro em que se discutiam as instituições, as regras, as nomeações e as eleições internas, bem como todos os assuntos que mereciam avaliação e aprovação da ordem.

⁶ A versão do *Libellus* que utilizamos em nossa pesquisa é uma tradução do latim para o castelhano, elaborada a partir da edição crítica feita por H. Scheeben em 1935, disponível em: GARGANTA, José Maria; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria (Ed.). **Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947. p.163-218.

⁷ A trasladação corporal era o ato em que os restos mortais de um santo eram transportados do seu sepulcro inicial para o interior de uma igreja e depositados em um altar, através de uma cerimônia litúrgica. Segundo André Vauchez, esta cerimônia representava um modo oficial de canonização no âmbito local e figurou como prática comum a qualquer reconhecimento oficial da santidade até o estabelecimento formal dos processos de canonização. Para maiores informações, vide: VAUCHEZ, André. **La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age**. 2ed. Palais Farnèse : École Française de Rome, 1988. p.22-23.

obra, e, como se verá mais a frente, é possível que não seja uma mera coincidência a crônica ter sido concluída justamente no ano em que se realizou esta cerimônia.

Portanto, o *Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum* é uma obra que trata da história de formação da instituição religiosa fundada por Domingo de Gusmão e, por conseguinte, acaba apresentando a própria biografia do santo fundador da ordem e as relações estabelecidas com os seus primeiros companheiros de jornada. Nesse sentido, ela se apresenta mais como uma crônica sobre a Ordem Dominicana do que propriamente como uma *Vita*⁸ sobre santo Domingo. Porém, uma coisa é certa: o texto de Jordão da Saxônia serviu de base para a grande maioria dos escritos posteriores, tanto sobre a ordem, quanto sobre Domingo, o que pode ser comprovado com as hagiografias escritas nas décadas e nos séculos seguintes. Sendo assim, o texto de Jordão é uma das principais fontes disponíveis para o estudo proposto.

De acordo com passagens presentes no Prólogo do *Libellus*, a motivação principal para a sua escrita era atender a curiosidade dos frades, que queriam saber mais a respeito da história de fundação da ordem de que faziam parte. Sendo assim, os próprios frades dominicanos eram o público alvo mais visado pela crônica. E, na posição de Mestre Geral, caberia a Jordão da Saxônia a responsabilidade de produzir o primeiro texto oficial da instituição, relatando as origens da Ordem dos Pregadores e as experiências vivenciadas pelos frades pioneiros, justamente para que servisse de base e modelo para aqueles que ingressassem na ordem.

Por outro lado, pode-se vislumbrar também outra possibilidade como motivação para a redação do *Libellus*: a abertura de um processo de canonização para Domingo de Gusmão. É fato apontado por especialistas que os processos de canonização no século XIII eram sempre precedidos por um pedido oficial de abertura de causa e que a existência de base documental (geralmente concretizada por uma hagiografia) era considerado elemento fundamental para o andamento do processo e para a decisão final do pontífice em exercício (DELOOZ, 1983:193). Partindo-se do dado que o texto de Jordão da Saxônia foi concluído justamente no ano em que Domingo de Gusmão recebeu o primeiro reconhecimento institucional como santo, em Bolonha, e que se

⁸ A *vita* era uma modalidade de texto hagiográfico que se caracterizada por apresentar uma biografia do santo, ressaltando tanto aspectos referentes à sua vida quanto os possíveis milagres realizados após a morte. No caso de Domingo de Gusmão, a primeira *vita* (intitulada *Leyenda de Santo Domingo*) foi redigida por Pedro Ferrando por volta de 1239.

tomaram as devidas providências para a abertura de uma causa de canonização em seu favor, não parece absurdo associar uma coisa a outra.

A trajetória de Domingo de Gusmão

Outro elemento importante para a compreensão do estudo proposto aqui é, certamente, a trajetória clerical de Domingo de Gusmão. Pois, a partir das experiências vivenciadas por ele e das relações estabelecidas ainda em vida, pode-se visualizar com mais clareza os aspectos que influenciaram no seu reconhecimento da santidade e os valores que foram sendo associados a sua figura como santo.

Por volta de 1201, Domingo exercia o cargo de superior no cabido regular da catedral de Osma, onde atuava, desde 1191, como cônego regular. Foi na função de superior dos cônegos que ele começou a ter mais contato com Diego de Acevedo, bispo de Osma, que foi um dos grandes incentivadores para a sua trajetória clerical como pregador. Em 1204, este bispo convidou Domingo e outros cônegos do cabido para uma viagem com o intuito de acertar uma aliança de matrimônio para o filho do rei de Castela. Embora não tenha sido o objetivo inicial da viagem, foi a partir desta experiência que surgiu a idéia de organizar um grupo de pregadores voltados para o combate às heresias. E vale ressaltar que, segundo a narrativa do *Libellus*, a idéia de formação deste grupo não teria partido de Domingo, mas sim de Diego, que esteve à frente destes pregadores até a sua morte (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:171-172).

Ao retornar de uma segunda viagem à Marca Hispânica, ainda para tratar da mencionada aliança de matrimônio, Diego se encaminhou para Roma com o seu grupo de cônegos para se entrevistar com o papa Inocêncio III. Segundo a narrativa do *Libellus*, o objetivo do bispo de Osma era entregar seu cargo ao papa e conseguir uma autorização especial para se dedicar exclusivamente à conversão de hereges (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:171-172). Ou seja, fica bastante claro que a organização do grupo de pregadores e a idéia de direcioná-los exclusivamente para a confrontação e conversão de hereges não teria partido de Domingo, mas sim de Diego. Este aspecto certamente ajudaria a questionar posteriormente o protagonismo de Domingo de Gusmão como organizador do grupo de pregadores que acabou originando a formação da ordem. Não foi à toa que a tradição hagiográfica dominicana, posterior a Jordão da Saxônia,

procurou modificar alguns fatos registrados em sua crônica com o intuito de atribuir ao fundador da ordem atos que teriam partido de Diego de Acevedo.

Em 1206, Diego, Domingo e o grupo de pregadores, encontravam-se em Montpellier participando de uma campanha de pregação organizada pelo papa Inocêncio III com o intuito de combater os cátaros, que há algum tempo tinham se espalhado pela região do Languedoc. Ainda neste ano, o grupo saiu em pregação itinerante passando por diversas cidades desta região e, como resultado deste trabalho, acabaram fundando o primeiro convento, em Prouille. Após a fundação desta casa, Diego retornou a Osma com o objetivo de angariar fundos para a manutenção do convento e da atividade itinerante de pregação, deixando Domingo como responsável pelo grupo de pregadores. Esta foi a ocasião que acabou levando Domingo de Gusmão a assumir a liderança do grupo de pregadores, pois Diego de Acevedo faleceu em Osma.

De 1207 a 1215, Domingo de Gusmão se dedicou exclusivamente à pregação itinerante pela região do Languedoc, assumindo de fato a liderança do grupo de pregadores que tinha sido organizado pelo bispo de Osma. Este longo período de liderança do trabalho de pregação itinerante no sul da França foi fundamental para a trajetória clerical Domingo, que se consolidou como líder dos pregadores e estabeleceu relações institucionais que foram de grande importância para a manutenção do trabalho e para a organização posterior da Ordem dos Pregadores. Prova disso é que, em 1215, Domingo se encaminhou para Roma na companhia do bispo de Toulouse, Fulco, para se entrevistar com o papa Inocêncio III durante o IV Concílio de Latrão.

O bispo Fulco foi figura fundamental para a manutenção do grupo de pregadores liderados por Domingo no sul da França. Além de doar a casa que serviu para a fundação do primeiro convento deste grupo, em Prouille, o bispo se prontificou a direcionar parte da renda arrecada em sua diocese para a sustentação do trabalho de pregação. Aliás, este foi o motivo pelo qual foram se consultar com o papa Inocêncio III: conseguir a aprovação do papado para a manutenção do trabalho de pregação e a autorização para o recebimento da renda diocesana (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:180-181). Este foi um passo decisivo para a fundação da Ordem dos Pregadores, pois o papa não só atendeu às solicitações feitas como orientou Domingo a escolher uma das regras de vida já aprovadas pela Igreja, junto com seus companheiros de

pregação, e que depois retornasse para receber a confirmação pontifícia (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:180).

Em setembro de 1216, Domingo de Gusmão retornou a Roma levando a Regra de Santo Agostinho e o primeiro projeto de uma constituição para a Ordem dos Pregadores. Foi recebido pelo papa Honório III, que tinha sucedido a Inocêncio III, falecido em julho deste ano. Em dezembro deste mesmo ano, pouco menos de dois meses após ter se encontrado com Domingo, o papa Honório III expediu duas bulas confirmando a criação da Ordem dos Pregadores (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:181).

A aprovação pontifícia da Ordem dos Pregadores foi de grande importância para o crescimento desta instituição, pois colocava Domingo e seus companheiros sob proteção especial do papado. Além disso, a partir desse momento, Domingo de Gusmão esteve cada vez mais próximo do centro decisório da Igreja, articulando sua atuação com os interesses e as demandas que emanavam de Roma. Após a divulgação das bulas pontifícias, Domingo não retornou a França para se juntar ao grupo de pregadores. Permaneceu em Roma, a convite de Honório III, proferindo palestras sobre as Epístolas de São Paulo nas escolas e no claustro da basílica de São Pedro (GARGANTA, 1947:87).

Outros aspectos da atuação clerical de Domingo, a partir de 1216, também apontam para esta aproximação com o papado. Por exemplo, em 1217, ele retornou ao sul da França para se reunir com a comunidade de frades e acabou se decidindo pela dispersão do seu grupo pelas principais cidades da Europa. Esta decisão causou certa surpresa entre os frades, visto que a ordem tinha sido fundada há pouco tempo e eles ainda não eram muito numerosos (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:182). Ao que tudo indica a decisão de Domingo tinha o intuito de ampliar o espaço de atuação dos frades e, com isso, aumentar o impacto da pregação itinerante pela Europa. Certo é que esta decisão estava totalmente articulada com as demandas do papado neste período, já que as missões de pregação eram uma das principais estratégias da Igreja de Roma no combate às heresias (BOLTON, 1985:89).

Após a dispersão dos frades dominicanos, em 1217, Domingo retornou a Roma e lá permaneceu por mais dois anos, período em que se dedicou à realização de novas palestras em Latrão, além da pregação itinerante e da fundação de novos conventos, como o de São Sixto, organizado com o apoio papal (GARGANTA, 1947:91). Apenas

em 1219, ele deixou a cidade de Roma, partindo em viagem de visita às comunidades que tinham sido organizadas por seus frades em diversas partes da Europa.

Após esta viagem de visita, Domingo se estabeleceu no convento de São Nicolás, em Bolonha, lugar que foi convertido numa espécie de quartel-general da Ordem dos Pregadores, pois era de lá que o Mestre Geral emanava suas diretrizes para as demais comunidades e as orientações para os frades em campanha de pregação. Foi justamente em Bolonha, em 1220 e 1221, que foram realizados os dois primeiros capítulos gerais da ordem, ambos presididos pelo próprio Domingo de Gusmão. A partir do *Libellus* pode-se observar que a convocação destas assembléias tinha o intuito de aprimorar a organização e a atuação da Ordem dos Pregadores, sendo uma oportunidade para passar novas diretrizes aos frades, ordenar a fundação de novas comunidades e direcionar as missões de pregação para regiões estratégicas (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:197-198).

No período entre a realização destes capítulos gerais, Domingo participou de sua última campanha religiosa: por solicitação do papa Honório III, ele liderou um grupo de seus frades em pregação itinerante na região da Lombardia, na Península Itálica, com o intuito de combater a atuação dos cátaros nesta região (GARGANTA, 1947:91). Após este trabalho ele retornou a Bolonha, de onde comandou a Ordem dos Pregadores até a sua morte, em agosto de 1221.

Certamente, a trajetória clerical de Domingo de Gusmão, por si só, apresenta elementos fundamentais para compreender as relações e os interesses atuantes no processo que culminou com o estabelecimento oficial de um culto público em sua homenagem. Mas os procedimentos realizados para alcançar este objetivo, também figuram como uma base importante para as reflexões e para as considerações do estudo que foi proposto na introdução deste trabalho.

Os procedimentos para o reconhecimento da santidade de Domingo de Gusmão

Após ter presidido o segundo Capítulo Geral da Ordem dos Pregadores, em 1221, Domingo se encaminhou para Veneza com o intuito de se encontrar com Ugolino,⁹ legado pontifício e cardeal bispo de Ostia, para conversar sobre a missão de

⁹ Ao que tudo indica, Domingo de Gusmão conheceu Ugolino durante a última missão de pregação que participou, a pedido de Honório III, na Lombardia. O cardeal Ugolino posteriormente foi eleito papa, adotando o nome de Gregório IX. No caso de Domingo de Gusmão, chama atenção o fato de que o

pregação que estava em desenvolvimento na Lombardia. Ao retornar desta viagem, em julho deste mesmo ano, Domingo já se encontrava enfermo e, desde então, não saiu mais do convento de São Nicolás, em Bolonha.

Quando soube da morte de Domingo de Gusmão, o cardeal Ugolino estava em Bolonha e fez questão de participar da cerimônia de sepultamento, ficando inclusive responsável pelo ofício litúrgico nesta ocasião. A participação deste prelado na cerimônia de sepultamento de Domingo de Gusmão, embora não cause nenhuma estranheza, acaba apontando para uma relação de proximidade entre eles, algo que pode ser confirmado na crônica de Jordão da Saxônia e na própria bula expedida pelo papa na ocasião em que inscreve oficialmente Domingo de Gusmão no catálogo de santos da Igreja Romana.

Embora Jordão da Saxônia afirme em sua obra que Domingo de Gusmão começou a ser venerado como santo prontamente após a sua morte (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:201), com a procura do seu sepulcro por grande número de fiéis, o fato é que os primeiros procedimentos voltados para um reconhecimento oficial do seu culto só foram realizados cerca de doze (12) anos após a sua morte. Se a devoção prestada pelos fiéis em Bolonha era tão efetiva como defende Jordão em seu texto, por que demorou tanto tempo para que a santidade de Domingo fosse reconhecida pela autoridade episcopal desta cidade?

Apenas em 24 de maio de 1233, durante a celebração de um capítulo geral da Ordem dos Pregadores, ocorreu a cerimônia de *translatio corporis* que figurou como a primeira etapa do reconhecimento oficial da santidade prestado a Domingo de Gusmão. Em virtude deste evento, Jordão da Saxônia, na época mestre geral da ordem, redigiu uma carta encíclica relatando todo o processo de trasladação dos restos mortais do fundador da ordem para o altar da igreja de São Nicolás, documento que foi encaminhado a todas as comunidades dominicanas. Um elemento chama atenção: a data da carta encíclica coincide com o dia da cerimônia.

A carta encíclica escrita por Jordão da Saxônia apresenta elementos que visam conferir ao reconhecimento episcopal da santidade de Domingo uma legitimidade maior, amparada na autoridade do pontífice romano: antes de realizar a cerimônia de

papa que o canonizou foi justamente quem esteve à frente da sua cerimônia de sepultamento, treze anos antes.

translatio corporis, os frades dominicanos pediram autorização expressa ao papa, que, por sua vez, não só autorizou a cerimônia como teria repreendido os frades por não darem o tratamento adequado aos restos mortais do fundador de sua ordem, além de ordenar ao arcebispo de Ravena que presidisse tal cerimônia (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:210).

Após a realização desta cerimônia em Bolonha, foi formada uma comissão para solicitar ao papado a abertura de um processo formal de canonização para Domingo de Gusmão. Tal comissão era integrada por frades dominicanos, membros do episcopado e da universidade local. Ainda em 1233, foi enviada uma legação a Roma, portando as cartas postulatórias que requisitavam a abertura do processo de canonização. Em resposta a este ato, o papa Gregório IX nomeou três comissários, em julho de 1233, para que realizassem um processo informativo sobre as virtudes e as intercessões milagrosas do postulante a santo. Desta forma, teve início o processo de canonização, que foi dividido em duas partes: um inquérito conduzido em Bolonha e outro em Toulouse.

Uma vez terminado o processo investigativo conduzido pelos comissários papais, foram produzidas atas contendo as declarações dos testemunhos tomados em Bolonha e Toulouse. Este material serviu de base documental para a decisão oficial do papado, representado pelos integrantes da cúria romana e pelo pontífice em exercício. Aos primeiros, coube a tarefa de leitura e análise do material produzido durante o procedimento inquisitorial, com a elaboração de um parecer sobre a causa. Já ao segundo, como representante máximo da Igreja Romana, coube exercer a prerrogativa de tomar a decisão final do papado para o processo de canonização iniciado um ano antes, ordenando a inscrição de Domingo de Gusmão no catálogo de santos da Igreja e expedindo, por esta razão, uma bula para anunciar publicamente a decisão da instituição.

A bula *Fons Sapientiae*¹⁰ foi expedida em 03 de julho de 1234, assinada pelo papa Gregório IX pouco mais de um ano após a cerimônia de *translatio corporis*, em Bolonha, e do início formal do processo de canonização. O documento apresenta uma defesa dos motivos que levaram o pontífice romano a canonizar Domingo de Gusmão e divulga abertamente a decisão a todos, não só autorizando como incentivando a devoção

¹⁰ A versão que tivemos acesso para a pesquisa de mestrado encontra-se disponível em: GARGANTA, José Maria; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria (Ed.). Op. Cit. p.320-323.

ao santo fundador da Ordem dos Pregadores. Na primeira parte do texto, o papa exalta abertamente a importância da ordem fundada por Domingo para a sobrevivência da Igreja Romana diante de um cenário desfavorável, destacando o crescimento das heresias e os ataques políticos sofridos pela Igreja neste período. Na segunda parte, Gregório IX ressalta as diversas virtudes apresentadas pelo fundador dos dominicanos, destacando sua atuação como pregador itinerante e o combate às heresias.

Uma vez apresentados, brevemente, os procedimentos que foram realizados para o reconhecimento oficial da santidade de Domingo de Gusmão, cabe agora refletir sobre os grupos e as instituições envolvidas em todo o processo para que se possa avaliar os interesses de cada um e as possíveis relações de poder envolvidas neste processo.

Relações de poder e interesses político-institucionais no caso de Domingo de Gusmão

Ao avaliar os procedimentos que acabaram culminando com o reconhecimento oficial da santidade de Domingo de Gusmão, tanto no âmbito episcopal quanto no pontifício, um primeiro aspecto que chama atenção é que não parecem se tratar de atos isolados, ocorridos ao acaso, mas sim de resultados esperados para ações previamente planejadas. Outro elemento a ser considerado, e que certamente tem ligação com o primeiro, é que a Ordem dos Pregadores, direta ou indiretamente, teve participação ao longo de todo o processo. Ou seja, a primeira consideração a ser tirada no caso de Domingo de Gusmão é que houve claramente um apoio institucional na busca por um reconhecimento oficial do seu culto.

Para sustentar esta primeira consideração basta prestar atenção à questão das datas: Domingo morre em 1221, mas somente em 1233 ele recebe o primeiro reconhecimento oficial para o seu culto, no âmbito episcopal. Por que se esperou doze anos para isso? Por que exatamente em 1233, durante a realização de um capítulo geral da ordem? Talvez seja um pouco complicado conseguir chegar a uma resposta fechada para estas questões, mas os elementos levantados anteriormente permitem pensar que os procedimentos realizados nesta ocasião não foram atos isolados, mas sim planejados. Para tanto basta voltar o foco para aquele que estava à frente da Ordem dos Pregadores neste período.

Jordão da Saxônia, como Mestre Geral da ordem, foi o responsável pela convocação do capítulo geral de 1233, em Bolonha, em que ocorreu a cerimônia de

translatio corporis, primeira etapa para o reconhecimento oficial da santidade de Domingo. Tal cerimônia não teria ocorrido sem a sua autorização e é difícil imaginar que a idéia não tenha partido dele mesmo. Foi ele quem elaborou a carta encíclica, datada do mesmo dia do evento, que divulgava a todos os integrantes da ordem a cerimônia ocorrida durante o capítulo geral, o que legitimava oficialmente a veneração ao santo fundador da ordem. Também era ele que, desde 1231, redigia a primeira crônica oficial da Ordem dos Pregadores, que tinha Domingo como principal protagonista e que serviu de base documental para o processo de canonização que foi aberto em 1233, junto ao papado.

Com todos estes elementos, fica difícil não concluir que Jordão da Saxônia, como Mestre Geral da Ordem dos Pregadores, esteve à frente de todo este processo que culminou com o reconhecimento oficial da santidade de Domingo de Gusmão pela Igreja Romana. Por que motivo ele teria feito isso? Quais seriam seus interesses neste reconhecimento? Bom, em primeiro lugar, vale lembrar que Jordão da Saxônia chegou a esta ordem a convite do próprio fundador e que teve uma trajetória de rápida ascensão nesta instituição, chegando ao posto de Mestre Geral da ordem com pouco menos de dois anos como frade e sendo o primeiro a substituir o próprio Domingo de Gusmão neste cargo. Por outro lado, ao ocupar o principal posto da instituição, certamente Jordão sabia da importância de ter o fundador da ordem como santo reconhecido pela Igreja de Roma, algo que só fortaleceria os dominicanos e os projetos nos quais estavam envolvidos.

Também vale ressaltar a participação dos frades dominicanos em todo o processo, já que, segundo o próprio Jordão, foram eles os responsáveis por solicitar ao pontífice romano a autorização para a cerimônia de *translatio corporis* (JORDÃO DA SAXÔNIA, 1947:210). Além disso, também partiu dos frades a iniciativa de organizar uma comissão para alavancar a causa de canonização em favor de Domingo de Gusmão, buscando apoio do episcopado e da universidade local. Ou seja, o apoio institucional mencionado anteriormente não parece ter partido exclusivamente do líder da Ordem dos Pregadores, mas sim dos membros como um todo.

Este apoio institucional na causa de Domingo de Gusmão pode ser visto como um dos pontos mais fortes para a sua canonização pelo papado. Segundo o sociólogo Pierre Delooz, o estabelecimento de procedimentos formais como norma pontifícia para

o reconhecimento oficial da santidade acabou gerando a necessidade da formação de grupos especializados para a defesa de uma causa de canonização, o que, em sua visão, deu ainda mais vantagem aos clérigos como principais alvos deste tipo de reconhecimento (DELOOZ, 1893:199). Nesse sentido, Domingo de Gusmão já se apresentava como um forte candidato à canonização antes mesmo de ter o seu processo julgado, porque contava com um elemento fundamental para o sucesso desta empreitada: apoio institucional.

Outro aspecto que certamente pesou no caso de Domingo de Gusmão foi a sua própria trajetória clerical e as relações estabelecidas ainda em vida. Por um lado, a atuação religiosa de Domingo revela um clérigo obediente e bastante consciente da hierarquia institucional. Desde o começo de sua vida clerical, ele teve a proximidade e o apoio de bispos que foram fundamentais para a sua trajetória. Primeiro com Diego de Acevedo, bispo de Osma, que foi o grande incentivador de sua atuação como pregador itinerante e que o colocava como braço direito na liderança do grupo de pregadores que atuava no sul da França. Depois com Fulco, bispo de Toulouse, que foi figura muito importante para o prosseguimento do trabalho de pregação no Languedoc, após a morte de Diego, tendo prestado apoio material ao grupo de pregadores (com doação de igrejas e direcionamento de renda diocesana) e institucional a Domingo, quando este buscou autorização do papado para a continuidade do seu grupo.

Ainda nessa direção, vale ressaltar o contato que Domingo de Gusmão manteve em vida com três dos principais pontífices do século XIII e que, de alguma forma, interferiram na sua atuação religiosa. A começar por Inocêncio III, a quem Domingo conheceu pessoalmente em 1205 (na companhia de Diego de Acevedo) e a quem ele procurou em 1215 para solicitar o reconhecimento formal do seu grupo de pregadores. Depois com Honório III, que não só reconheceu oficialmente a Ordem dos Pregadores, como trouxe Domingo para Roma e facilitou a articulação dos objetivos da ordem com as demandas contextuais do papado naquele período. Por fim, a relação com o cardeal Ugolino, futuro papa Gregório IX, com quem Domingo manteve relação de proximidade e que foi o responsável direto pela sua canonização em 1234. Ou seja, fica bastante claro que Domingo de Gusmão não era um desconhecido no âmbito do papado e que soube articular a sua atuação clerical com os interesses da Igreja de Roma no período de sua vida.

Pelo que foi exposto, não fica difícil perceber que, no momento em que foi aberta uma causa de canonização em seu favor, Domingo de Gusmão era uma figura bastante interessante aos “olhos” do papado, praticamente um ícone dos valores que a Igreja de Roma buscava defender naquela conjuntura. Por um lado, foi ele o fundador da Ordem dos Pregadores, uma instituição religiosa que voltava o seu foco de atuação para a pregação itinerante nos centros urbanos, figurando como um instrumento estratégico para o papado na divulgação dos valores cristãos e na confrontação direta com os hereges. Mesmo após a morte de Domingo, os frades pregadores continuaram sendo amplamente solicitados a participar dos projetos e das campanhas organizados pelo papado, tendo inclusive sido apontados posteriormente como aqueles que mais se destacavam à frente da inquisição pontifícia.

Por outro lado, a própria atuação religiosa de Domingo de Gusmão apresenta um clérigo amplamente identificado com os valores da Igreja Romana e preocupado com questões de grande interesse para o papado naquele período. A sua pregação itinerante por diversas cidades da Europa, colocava-o como um clérigo cioso da defesa da ortodoxia em um momento de dificuldades para a Igreja, além de figurar como um ícone da própria universalidade desta instituição, à medida que costumava sempre ampliar o seu espaço de atuação, levando sua pregação a diferentes partes da Europa. Portanto, por tudo o que representava, Domingo era certamente uma figura que encarnava diversos elementos considerados importantes pela Igreja de Roma naquele período e, desta forma, acabou se tornando um candidato ideal, pois permitia a instituição romana reafirmar os seus valores e se fortalecer perante os seus adversários.

Por fim, diante do que foi exposto até aqui, pode-se observar no caso de Domingo de Gusmão uma convergência de interesses políticos e institucionais. De um lado, a Ordem dos Pregadores, que tinha muito a ganhar com a canonização de seu fundador: ganhava visibilidade e autoridade perante as demais instituições religiosas, apoio institucional do papado para os seus projetos, publicidade diante dos fiéis (o que certamente representava mais doações e dízimos), entre outros. De outro lado, o papado, que também tirava suas vantagens com esse reconhecimento: fortalecia uma aliança institucional com uma ordem religiosa de grande importância para os projetos pontifícios, reafirmava os valores da Igreja com este verdadeiro ícone clerical e

fortalecia sua posição como centro decisório da Igreja elegendo como santo uma figura amplamente conhecida.

Considerações finais

Embora tenha nascido e iniciado sua trajetória clerical na Península Ibérica, Domingo de Gusmão adotou um ideal religioso caracterizado principalmente pela pregação itinerante, o que o levou a uma vida de constantes deslocamentos pelas principais cidades da Europa. Praticamente desde 1204, quando saiu pela primeira vez de sua região de origem, ele se engajou em uma missão de grande relevância para a Igreja de Roma no seu contexto: o combate às heresias. Ao adotar esta tarefa como principal foco de sua atuação clerical, ele dedicou boa parte de sua vida à organização de um grupo de pregadores que tivesse a confrontação com os hereges como principal finalidade. Foi desta orientação que surgiu a Ordem dos Pregadores, instituição que, desde o início, direcionava seus frades para as cidades onde supostamente existiam grupos heréticos, buscando enfraquecer a sua atuação nestes locais através da pregação e da confrontação direta.

A conjunção destes três elementos (pregação itinerante, combate às heresias e formação da Ordem dos Pregadores) na figura de Domingo de Gusmão transformaram-no em um forte candidato à canonização, visto que ele agregava em sua atuação questões fundamentais para o papado neste período. Diante de tantos cultos locais desenvolvidos graças ao entusiasmo de populações cristãs e referendados pelos episcopados locais, a Igreja de Roma buscou ao longo do século XIII reconhecer a santidade em figuras que tivessem alguma identificação com os ideais e os interesses específicos da sede romana. Nesse sentido, Domingo de Gusmão era um dos candidatos perfeitos para este fim, não só pela sua atuação clerical, como também pela continuidade do trabalho realizado pela ordem religiosa fundada por ele, que, diga-se de passagem, permanecia atuante em projetos pontifícios mesmo após a sua morte.

Sendo assim, ao analisar o caso de Domingo de Gusmão, pode-se perceber claramente a presença de interesses políticos e institucionais em sua canonização, mobilizando os grupos (frades dominicanos, membros do episcopado local e da cúria romana) e as instituições (Ordem dos Pregadores, Diocese de Bolonha e Papado) que participaram diretamente em todos os procedimentos necessários para a obtenção de um

reconhecimento oficial da sua santidade pela Igreja de Roma. Nesse sentido, a análise deste caso aponta para a relação entre o reconhecimento da santidade e as relações de poder estabelecidas no contexto do século XIII.

Referências Bibliográficas

BOLTON, Brenda. **A Reforma na Idade Média**. Lisboa: Ed.70, 1985.

BULA DE CANONIZAÇÃO DE SANTO DOMINGO. In: GARGANTA, José Maria; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria (Ed.). **Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947. p.320-323.

DELOOZ, Pierre. Towards a Sociological Study of Canonized Sainthood in the Catholic Church. In: WILSON, Stephen (Ed.). **Saints and Their Cults: Studies in Religious Sociology, Folklore and History**. Cambridge: University Press, 1983. p.189-216.

DUFFY, E. **Santos e pecadores: história dos papas**. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

GARGANTA, José Maria; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria (Ed.). **Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947.

GOODICH, Michael. The politics of canonization in the thirteenth century: lay and mendicant saints. In: WILSON, Stephen (Ed.). **Saints and Their Cults: Studies in Religious Sociology, Folklore and History**. Cambridge: University Press, 1983. p.169-187.

JORDÃO DA SAXÔNIA. Libellus de principiis Ordinis Praedicatorum. In: GARGANTA, José Maria; GELABERT, Miguel; MILAGRO, José Maria (Ed.). **Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos**. Madrid: BAC, 1947. p.163-218.

PORTO, Thiago de Azevedo. **As diferentes instâncias de reconhecimento institucional da santidade na Idade Média: um estudo comparativo dos casos de Domingo de Silos e Domingo de Gusmão**. 2008. 224f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

VAUCHEZ, André. **La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age**. 2ed. Palais Farnèse : École Française de Rome, 1988.